

ECOSOFIA, ECOPELAGOGIA E CARTOGRAFIA NÃO-CONVENCIONAL: PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA DE TERRITÓRIOS PROTEGIDOSⁱ

Fabiana Pereira Correia¹

Resumo: Este artigo resulta de pesquisa de doutorado realizada entre os anos 2017 e 2020. O principal objetivo é discutir uma proposta de articulação entre três aspectos teórico-metodológicos mobilizados em prol da gestão participativa da Área de Proteção Ambiental (APA) de Maracanã, localizada em São Luís - MA, Brasil, quais sejam: ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional, cujos fundamentos epistemológicos podem ser encontrados, respectivamente, em Guattari (1990), Gutiérrez e Prado (2013) e Seemann (2011). A metodologia utilizada consistiu de revisão teórica, análise documental e aprofundamento de reflexões e discussões iniciadas no doutorado. Cumpre notar que os resultados indicam a pertinência e exequibilidade da proposta em processos atinentes à gestão participativa de territórios protegidos.

Palavras-chave: Gestão ambiental, Participação popular, Territórios protegidos, Maracanã, Maranhão.

ECOSOPHY, ECOPELAGOGY AND NOT CONVENTIONAL CARTOGRAPHY: PROPOSAL FOR ARTICULATION AND MOBILIZATION FOR PARTICIPATORY MANAGEMENT OF PROTECTED TERRITORIES

Abstract: This paper results of doctoral research held between 2017 and 2020. The main objective is to discuss a proposal of articulation among three aspects theoretical-methodological mobilized for participatory management of the Environmental Protection Area (EPA) of Maracanã, located in São Luís - Maranhão, Brasil: ecosophy, ecopedagogy and not conventional cartography, whose epistemological foundations can be found, respectively, in Guattari (1990), Gutiérrez and Prado (2013) and Seemann (2011). The methodology used consisted of theoretical review, document analysis and deepening of reflections and discussions initiated on doctorate. The results indicate the relevance and feasibility of the proposal in processes related to the participatory management of protected territories.

Keywords: Environmental management, Popular participation, Protected territories, Maracanã. Maranhão.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: fp.correia@ufma.br

INTRODUÇÃO

Institucionalização e gestão de territórios protegidos integram o rol de estratégias utilizadas pelo poder público para alcançar o que se convencionou denominar sustentabilidade socioambiental. Destarte, vários países têm destinado parte de seus territórios ao estabelecimento de políticas onde objetivos orientados à conservação e preservação ambiental ocupam posição central. Esse é o caso do Brasil, cuja lei federal nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Embora disponha de legislação específica e, de certa forma, robusta sobre territórios protegidos, o Brasil tem avançado pouco e até retrocedido em relação à efetividade da gestão de territórios protegidos como as Unidades de Conservação (UC). Um dos maiores desafios à efetivação das UC diz respeito à gestão participativa, seja por questões burocráticas, seja pela falta de estrutura, por desinteresse político, pela carência de metodologias ou pela sobreposição destas e de outras problemáticas associadas.

Gestão participativa de territórios protegidos exige utilização de metodologias adequadas à inclusão efetiva das pessoas em processos decisórios, sobretudo das que vivem nos lugares situados no interior dessas unidades territoriais. Partindo da referida premissa, vislumbra-se destacar contribuições da Geografia Humanista Cultural fenomenológica no que tange a essa tarefa complexa e diretamente relacionada à dimensão político-educacional de políticas públicas para conservação ambiental.

Sob essa ótica, o principal objetivo deste artigo é discutir uma proposta de articulação entre três aspectos teórico-metodológicos considerados relevantes à gestão participativa da APA de Maracanã, UC estadual, quais sejam: ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional. A metodologia utilizada consistiu de revisão teórica, análise interpretativa de documentos como o decreto de criação da APA, bem como aprofundamento de reflexões e discussões iniciadas no doutorado.

É importante lembrar que conforme o instrumento de criação da APA (Decreto nº 12.103/ 1991), o território possui extensão de 1.831 hectares, estando situada em área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado. Em relação à localização, o decreto apresenta os limites do território protegido: limita-se ao Norte pelo rio Maracanã, ao Leste pela rodovia BR-135, a Oeste pelo Módulo 9 do Distrito Industrial de São Luís e ao Sul pela localidade Rio Grande.

A institucionalização da APA fora motivada sobretudo pela relevância cultural e histórica, pela beleza paisagística, bem como pela necessidade de preservação dos recursos hídricos que afloram na região de Maracanã. No que concerne à importância social, o decreto supracitado destaca a ocorrência da Festa da Juçara, evento comunitário anual realizado desde 1969, cuja existência se deve aos brejos e juçarais característicos daquela realidade geográfica.

Informações constantes de AACP e UFMA (2018) indicam que a população estimada para a APA em 2018 foi de 41.127 pessoas. Acrescentando-se a essa estimativa o incremento populacional resultante da implantação dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, esse número aumenta para o total de 58.627 pessoas.

No intuito de facilitar o encadeamento das ideias, a abordagem foi subdividida em três partes. A primeira contempla aspectos gerais sobre ecosofia e sua importância para o fortalecimento de lutas comunitárias por conservação ambiental. A segunda parte destaca a ecopedagogia e a cartografia não-convencional enquanto

estratégias para gestão participativa de territórios protegidos. A terceira seção contém especificidades sobre a articulação entre ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional no contexto da APA de Maracanã.

ECOSOFIA, CAMPO FÉRTIL AO FORTALECIMENTO DE LUTAS POR CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Movimentos e articulações sociais motivados pela urgente e indiscutível necessidade de políticas públicas efetivamente direcionadas à conservação ambiental constituem fatores imprescindíveis à manutenção das características que possibilitam a existência de vida na Terra. Nestes termos se destaca, por exemplo, o esforço de lideranças femininas no engajamento pelo cuidado com os ambientes onde vivem, orientadas por princípios de sustentabilidade socioambiental.

O movimento de mulheres Chipko, da Índia, representa exemplo inspirador da importância do envolvimento feminino em lutas comunitárias pela proteção de florestas nativas. Apontamentos constantes de Shiva (1995) auxiliam na compreensão da história e essência do movimento:

El inicio de la actividad de las mujeres en defensa del medio ambiente en la India fue muy anterior al Decenio de la Mujer, proclamado por las Naciones Unidas, y a la Conferencia de Estocolmo por el Medio Ambiente celebra da en 1972. Hace trescientos años, dirigidos por una mujer llamada Amrita Devi, más de trescientos integrantes de la comunidad de Bishnoi en Rajasthan, sacrificaron sus vidas para salvar los árboles sagrados khejri abrazándose a ellos. Con ese hecho comienza la historia identificable de Chipko (BISHNOI, 1948, *apud* SHIVA, 1995, p. 114).²

Por meio do excerto supracitado, é possível conceber a ideia de sustentabilidade socioambiental a partir da resistência e luta de movimentos sociais em defesa dos entes e condições ambientais que sustentam a vida na Terra. Assim como o exemplo indiano, é importante chamar atenção para o protagonismo feminino em lutas por causas socioambientais no Brasil. Nestes termos se destacam coletivos como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), cujas “raízes” estão fincadas nos babaçuais dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Acerca do MIQCB, cumpre notar o seguinte:

Sua visão de futuro é ser referência, enquanto guardiãs da floresta de babaçu, na valorização dos conhecimentos tradicionais, na luta por direitos de acesso à terra e ao território, ao babaçu livre e à prática da agroecologia. [...] Entre os objetivos do MIQCB, destacam-se alcançar grandes conquistas na defesa das florestas de babaçu (como a Lei do Babaçu Livre nas três esferas governamentais) e garantir territórios tradicionais por meio de reservas extrativistas, criadas e implementadas, bem como territórios quilombolas demarcados - o que contribuirá para a regularização fundiária da sua área de abrangência (MIQCB, 2022).

Movimentos como o MIQCB – onde se destacam articulações femininas em prol de políticas públicas voltadas à conservação de florestas, povos e comunidades tradicionais – reportam à existência e ao fortalecimento de outros movimentos de mulheres por causas socioambientais no território nacional, onde se destacam os

² O início da atividade das mulheres em defesa do meio ambiente na Índia foi muito antes da Década das Mulheres, proclamada pelas Nações Unidas, e da Conferência de Estocolmo para o Meio Ambiente, realizada em 1972. Trezentos anos atrás, liderada por uma mulher chamada Amrita Devi, mais de trezentos membros da comunidade Bishnoi em Rajasthan sacrificaram suas vidas para salvar as árvores sagradas khejri, abraçando-as. Com esse fato começa a história identificável de Chipko (BISHNOI, 1948, *apud* SHIVA, 1995, p. 114) (tradução livre).

situados na Amazônia brasileira. Nesse sentido, Sacch (2003) chama atenção para a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e para a Associação de Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uapés e Tiquié (AMITRUT), criadas na década de 1980.

Lutas de mulheres por questões vinculadas à qualidade ambiental também estão presentes na região de Maracanã, integrante do território rural de São Luís, Maranhão. Essa realidade pode ser observada na participação ativa de lideranças femininas no Conselho Consultivo da APA do Maracanã (CONAM). Sobre esse assunto, Correia (2021) relata que as lideranças comunitárias viram “a possibilidade de participar da gestão da APA [...] como oportunidade de fortalecimento de suas lutas em prol da defesa do patrimônio ambiental do lugar onde [...] estão suas raízes”.

No âmbito da concepção de sustentabilidade presente nesses movimentos sociais, cumpre enfatizar a dimensão política. Não me refiro àquela de foro partidário, mas à condição destacada por Arendt (1998) como essencialmente humana. A autora lembra que desde a Idade Antiga se discute tal fenômeno da humanidade, o que pode ser percebido em expressões como *animal sociales* e *zoon politikon*, bem como na frase “o homem é, por natureza, político, isto é, social”, atribuídas respectivamente a Sêneca, Aristóteles e Tomás de Aquino.

Nogueira (2015, p. 705) lembra que a ideia grega de política está associada à de *paideia*, “processo contínuo dedicado à formação integral do homem. Educação para a cidadania”. Nestes termos, ambos os fatores (política e educação), assim como a integração necessária entre eles e ações formativas para o exercício da cidadania reportam àquilo que Guattari (1990) entende como ecosofia: articulação ético-política entre ambiente, sociedade e subjetividade humana. Ao se referir à urgente necessidade de resolução de problemas relacionados à crise ecológica, o autor faz o seguinte alerta:

As instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações [...] só [...] a ecosofia [...] poderia esclarecer convenientemente tais questões [...]. Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais (GUATTARI, 1990, p. 08 - 09).

Para Guattari (1990), a referida revolução deve envolver tanto as forças visíveis em grande escala quanto as inerentes a domínios moleculares de sensibilidade, inteligência e desejo. Assim, é possível perceber potencialidades da ecosofia em relação ao fortalecimento de lutas sociais pela efetivação de políticas direcionadas à conservação ambiental.

ECOPEDAGOGIA E CARTOGRAFIA NÃO-CONVENCIONAL: ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO PARTICIPATIVA DE TERRITÓRIOS PROTEGIDOS

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, é reconhecido internacionalmente por ter dedicado a maior parte de sua vida à luta em prol da garantia do direito à educação de qualidade para as classes empobrecidas e historicamente oprimidas, excluídas e marginalizadas da sociedade. No bojo do legado freireano, se destacam contribuições à educação ambiental e, mais

especificamente, ao que se concebe enquanto ecopedagogia, que segundo Gadotti (2000, p. 05), “é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana”.

Enquanto movimento e proposta pedagógica baseada nos ensinamentos de Paulo Freire, a ecopedagogia tem a dimensão política como eixo articulador de processos educacionais focados em questões socioambientais. Gadotti (2000) é enfático ao afirmar que não se trata de mais um tipo de pedagogia, mas de uma perspectiva pedagógica que

(...) só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma Pedagogia da Terra, como a chamamos (GADOTTI, 2000, p. 07).

Considerações como as do autor mencionado no excerto acima suscitam reflexões atinentes à relevância da ecopedagogia como perspectiva educacional potencialmente capaz de fortalecer processos relacionados às lutas de movimentos sociais pela concepção e execução de políticas públicas cujos cernes dizem respeito à gestão ambiental participativa, contexto em que se situa a efetivação de territórios protegidos.

Convém notar que, segundo Gutiérrez e Prado (2013), em processos ecopedagógicos educação é repensada a partir de três aspectos basilares: ecologia profunda, pedagogia e planetaridade, sendo esta interpretada como dimensão política. Ademais, na mesma obra enfatiza-se que ecologia, pedagogia e política são fatores intrinsecamente relacionados que precisam ser mobilizados para a efetivação de cidadania planetária, a qual “deverá ter como foco a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas *diferenças econômicas* e a integração da *diversidade cultural* da humanidade” (GADOTTI, 2013, p. 25, grifos do autor).

Para Gadotti (2013, p. 26, grifo do autor), ecopedagogia – termo elaborado por Francisco Gutiérrez no início dos anos 1990 – pode ser entendida como “pedagogia que promove a aprendizagem do *sentido das coisas* a partir da vida cotidiana”. No âmbito do sentido das coisas, se destaca o sentido de planetaridade, fator-chave da ecopedagogia. Conforme Gutierrez e Prado (2013, p. 40), “um aspecto básico da planetaridade é sentir e viver o fato de que fazemos parte constitutiva da Terra: esse ser vivo e inteligente que pede de nós relações planetárias, dinâmicas e sinérgicas”.

Quando se vislumbra a efetivação de processos inerentes à gestão participativa de territórios protegidos, é importante considerar as chaves pedagógicas da ecopedagogia, descritas em Gutierrez e Prado (2013): 1) faz-se caminho ao andar; 2) caminhar com sentido; 3) caminhar em atitude de aprendizagem; 4) caminhar em diálogo com o ambiente; 5) no caminhar, a intuição é prioritária; 6) caminhar como processo produtivo; 7) caminhar re-criando o mundo; 8) caminhar avaliando o processo.

As bases da ecopedagogia, cuja síntese encontra-se nas oito chaves pedagógicas apresentadas por Gutierrez e Prado (2013), convergem em direção à ideia de sustentabilidade socioambiental. Destarte, a convergência observada aponta para “caminhos” e formas de “caminhar” focados no cuidado com a Terra.

Ao antever potencialidades da ecopedagogia em relação ao que se entende por gestão participativa de territórios protegidos, sobretudo no que tange ao envolvimento efetivo de comunidades em processos decisórios, é possível reportar o pensamento a diálogos e articulações profícuas entre essa vertente pedagógica e as inúmeras possibilidades de mapeamentos participativos mediados por conhecimentos, métodos e técnicas da cartografia não-convencional.

Representar lugares e fatos do cotidiano constitui uma das mais expressivas ações humanas desde a Pré-História. Conforme Martinelli (2011), as primeiras representações cartográficas foram gravadas em pedra ou argila, pintadas em peles de animais ou armadas em diversas estruturas. O autor lembra que, assim como qualquer elemento cultural, mapas "sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído" (idem, p. 08).

A arte de cartografar, ou seja, de elaborar mapas, foi fundamental para ampliar os horizontes do conhecimento, o que pode ser percebido na história da Geografia. Aliás, o surgimento desse ramo do saber, assim como sua consolidação e seu fortalecimento enquanto ciência moderna, está diretamente relacionado à história da Cartografia.

Desde a Antiguidade, a ciência cartográfica tem sido marcada pelo processo de matematização do mundo, fato intensificado a partir de sua inclusão no rol das ciências modernas, onde o positivismo é hegemônico. Nessa lógica, Almeida (2014 p. 13), lembra que "para os cartógrafos, o mapa é uma representação da superfície da Terra, conservando com esta relações matematicamente definidas de redução, localização e de projeção no plano".

Essa cartografia extremamente matematizada, focada na objetivação do mundo, foi absorvida pela ciência geográfica tradicional. Considerando o contexto de renovação da Geografia, a visão sobre mapas e mapeamentos ganhou novos contornos, novos caminhos, sobretudo a partir da década de 1970, com a emergência do novo subcampo dessa ciência, denominado Geografia Humanista Cultural. A incorporação de vias epistemológicas como as inerentes à fenomenologia e a outras filosofias dos significados conferiu maior horizonte de alcance às pesquisas em Geografia.

Acerca da convergência entre cartografia e fenomenologia, convém destacar parte do pensamento de Tuan (2011), que auxilia na compreensão do sentido humanista da cartografia não-convencional ao comparar cartografias chinesas com cartografias europeias. No texto o autor ressalta que durante muito tempo cartógrafos chineses preservaram arte e estética nos mapeamentos de paisagens da China, ao passo que na cartografia europeia renascentista valorizava-se sobremaneira a funcionalidade e mensurabilidade nos mapas.

Partindo de apontamentos de Tuan (2011), é possível intuir potencialidades da cartografia não-convencional em relação à produção de conhecimentos sobre lugares, visto que em geral inclui representações de elos existenciais entre pessoas e ambientes. Nessas ligações, concebidas por Dardel ([1952] 2015) enquanto geograficidades, estão contidos aspectos como sentimentos, emoções, valores e experiências do cotidiano.

Sob a perspectiva humanista fenomenológica, mapeamentos passaram a conter a dimensão simbólica do mundo vivido e admitir diferentes formas de representação do espaço geográfico. Aos poucos, o que se entende por cartografia não-convencional vem ganhando força na Geografia. Acerca do assunto, Seemann (2014), recorda o seguinte:

No final dos anos 1970, o geógrafo americano Denis Wood (1978) indicou maneiras diferentes de mapear espaços e lugares e propôs uma "cartografia

da realidade” que “não se baseia em abstrações insuspeitas e não suportadas do enésimo grau, mas [que] precisa ser enraizada na experiência cotidiana” (SEEMANN, 2014, p. 165).

Formas diferenciadas de mapear, considerando diversas e múltiplas possibilidades de enxergar e fazer cartografias da realidade, conforme ratificado por Seemann (2014), tendem a ampliar alternativas concernentes à gestão participativa de territórios como as Áreas de Proteção Ambiental. Sob ópticas fenomenológicas, aportes da Geografia Humanista Cultural permitem encontrar direcionamentos e realizar experiências inovadoras no âmbito da cartografia não-convencional. No rol de potencialidades do diálogo profícuo entre fenomenologia e o referido campo do conhecimento cartográfico, situam-se demandas inerentes à urgente necessidade de gerenciamento ambiental efetivamente participativo.

Atenta à importância social, política e cultural de cartografias não-convencionais, decidi articular conhecimentos dessa vertente a reflexões e práticas orientadas pelo desejo de contribuir com a efetivação de políticas públicas inerentes à conservação ambiental. Cumpre enfatizar a convergência entre essa postura e o posicionamento de Seemann (2011): enquanto textos culturais, mapas representam excelentes objetos de estudo para que geógrafas e geógrafos humanistas levantem questionamentos e respondam a perguntas sobre geograficidades e sentidos de lugar.

Por meio de mapeamento não-convencional, foram apreendidos sentidos de lugar e geograficidades na APA de Maracanã, tendo em vista a consideração de aspectos como sentimentos, emoções, valores, percepções e atitudes em relação a elementos da realidade geográfica daquele território protegido. Os mapas humanistas culturais produzidos, que também podem ser entendidos como mapas mentais, demonstram o potencial da cartografia não-convencional em relação a políticas para conservação ambiental.

ECOSOFIA, ECOPEdagogia E CARTOGRAFIA NÃO-CONVENCIONAL PELA GESTÃO PARTICIPATIVA DE TERRITÓRIOS PROTEGIDOS: PROPOSTA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA NA APA DE MARACANÃ

Articulações entre ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional foram mobilizadas como fundamentos das ações centrais do "Workshop sentidos de lugar e geograficidades na APA de Maracanã", realizado no âmbito da pesquisa, considerando suas potencialidades no que tange à urgente necessidade de efetivação do que se entende por gestão participativa de territórios protegidos.

Ademais, é importante salientar quão relevante fora o papel da fenomenologia no processo de concepção e consecução do workshop, visto que ao privilegiar fatores como percepção ambiental e experiências do ser-no-mundo, ela transcende a noção de método. Sob esse viés, trata-se de maneiras de enxergar o mundo com sensibilidade, com atenção para detalhes ignorados ou subvalorizados por espectros da ciência moderna. Para auxiliar na compreensão dessa forma de conhecer, Mello (2005, p. 34) lembra que na fenomenologia há inseparabilidade sujeito-objeto na interpretação do mundo vivido.

Ao efetivar o processo culminante no workshop, ratificou-se a ideia de que "mudanças estruturantes têm melhores condições de ocorrer por meio da ação política, da luta social, da participação e controle social democrático na esfera

pública" (LAYRARGUES, 2014, p. 09). Os aspectos mencionados devem ser apreendidos como pontos-chave em políticas públicas orientadas pela indiscutível e permanente obrigação do poder público em promover sustentabilidade socioambiental.

Cumpra-se notar que o workshop também favoreceu aproximação muito proveitosa entre gestão participativa de territórios protegidos e a proposta pedagógica freireana denominada Círculo de Cultura, "experiência coletiva de diálogo em diversos espaços educativos, tendo como eixo condutor as categorias trabalho/ práxis/ diálogo, sob a tradição crítica de educação" (LOUREIRO e FRANCO, 2014, p. 155 - 156).

Círculo de Cultura, assim como ecopedagogia, evoca o significado de educação inerente à perspectiva freireana: fenômeno que visa possibilitar transformações sociais capazes de engendrar um novo modelo societário, baseado na superação de opressão e dominação próprios do modo de produção capitalista.

À luz de ideias e intervenções ecopedagógicas, é possível perceber a centralidade da dimensão política em processos educacionais. Destarte, Arendt (1998) indica que política constitui-se enquanto estratégia para organizar a diversidade. Assim, conforme a autora, ao se organizar politicamente, a coletividade busca encontrar soluções para problemas comuns aos indivíduos que a compõem.

Nesse sentido, o workshop pode ser apreendido como importante contribuição ao fortalecimento da dimensão política da gestão da APA de Maracanã, âmbito em que "os diferentes atores sociais se organizam para interferir, a seu favor, nas políticas oriundas do poder público" (CASTRO, 2005, p. 52).

O workshop envolveu representantes de quatro comunidades localizadas no território da APA (Alegria, Maracanã, Vila Sarney e Rio Grande) e fora realizado nas dependências de instituições comunitárias locais. Em relação ao público-alvo do evento, cumpre-se notar que fora constituído de pessoas entrevistadas no âmbito da pesquisa de doutoramento. Do total de 89 pessoas convidadas, compareceram 52. Para facilitar a organização e execução do workshop, o mesmo foi realizado em três datas distintas: 11/01/2020, 25/01/2020 e 08/02/2020.

Procedimentos metodológicos mais detalhados sobre o evento constam da tese resultante da pesquisa, visto que neste artigo chamo atenção para o que julgo ter sido o ponto alto da atividade: os momentos destinados aos diálogos sobre os lugares indicados pelos participantes como prioritários para conservação ambiental na APA, muitos dos quais estão representados em mapas humanistas culturais resultantes do processo (Mapas mentais 1 e 2).

No mapa 1 foram enfatizados elementos ligados ao fato do ambiente local ser caracterizado pela presença de rios, brejos e vegetação nativa associada a ecossistemas úmidos com características amazônicas. Partindo de sua experiência como morador do lugar há quase cinquenta anos, o autor representou algo muito significativo da realidade socioambiental das comunidades que vivem ali: suas vivências estão intrinsecamente relacionadas à presença marcante dos corpos hídricos.

A pressão do processo de urbanização desordenada sobre os ecossistemas da APA chama atenção e precisa ser considerada em políticas públicas cujo cerne incida sobre a necessidade de manutenção e recuperação da qualidade ambiental daquela parcela do território municipal. O mapa 1 possibilita a percepção dessa problemática na realidade em questão

O mapa 2 contém várias simbologias vinculadas a manifestações culturais da identidade maracanaense, a exemplo do Festejo de Reis, dos lugares sagrados da Umbanda, da Festa do Divino Espírito Santo, do Bumba-meu-Boi e da Festa da Juçara. Ademais, alguns símbolos utilizados pela autora denotam a urgente necessidade de efetivação de políticas públicas voltadas à recuperação de entes ambientais degradados, a exemplo de rios assoreados e contaminados por esgotos.

Sob a forma de roda de conversa (Fotografia 1), foram sendo estruturados diálogos extremamente relevantes à compreensão de problemáticas concernentes ao território da APA, sobretudo no que se refere ao que tem sido motivo de preocupação daquelas pessoas: a degradação ambiental de elementos e características dos lugares onde vivem.

Fotografia 1. Roda de conversa durante o workshop (11/01/2020)



Fonte: foto da autora, 2020

Fotografia 2. Procedimentos de cartografia não - convencional durante o workshop (11/01/2020)



Fonte: arquivos da pesquisa

É interessante notar que procedimentos de cartografia não-convencional (Fotografia 2) dinamizaram o trabalho em torno da identificação de elementos e lugares considerados prioritários para conservação ambiental. O mapeamento participativo auxiliou a práxis dialógica. Trechos das conversas estão descritos no quadro 1.

Quadro 01 – Trechos de diálogos realizados durante o workshop.

Nº	Trecho do diálogo
1	Sinto uma angústia forte no peito devido às condições dos juçarais. Hoje só não está pior por nossas lutas. (RSF)
2	Faz 49 anos que moro aqui. As pedreiras e o barro estão entupindo nossos rios. (MJF)
3	Enquanto vida tiver, vou lutar pela recuperação das nascentes. (OLF)
4	A poluição dos rios foi muito mais vista e sentida com o desmatamento para implantação dos conjuntos do Minha Casa Minha Vida (MCMV). (DMB)
5	O Maracanã que eu conheci tá assim, sendo destruído, mas eu amo meu lugar. (ZAG)
6	O Rio do Mirinzal, imortalizado nas toadas de Humberto, tá sendo morto pelos esgotos dos residenciais, das ocupações e do Mateus. (JPF)
7	O Rio da Passagem (Rio de Colega) era o mais fundo daqui. Eu ia tomar banho e brincar lá quando saía da escola. Esse rio faz muita falta pra nós. (APB)
8	O Rio do Mirinzal fez parte da minha infância. Era um dos mais bonitos do Maracanã. Hoje ele tá pequenininho, cheio de esgoto! (MJP)
9	Na nossa rua (Menino Jesus) tinha três nascentes. A maior delas foi prejudicada pelos residenciais Amendoeiras e Santo Antonio, do programa MCMV. (MNM)
10	Sou prejudicada pelo esgoto sem tratamento do condomínio Vila Maranhão, que invade meu brejo. Até o açude do meu genro acabou! Matou até os peixes! (ZCV)
11	Os juçarais da Vila Sarney estão pedindo socorro. Na bueira, que no passado era o Rio do Caminho, só tem esgoto e tudo que não presta. (EFC)
12	Tô preocupado com as nascentes do Rio Grande, que estão se acabando por esgoto. Os do residencial Morada do Sol vão cair tudo aqui e contaminar o que resta. (JBT)
13	Tem muito lixo e animais mortos aqui na reserva do Rio Grande. (LOS)
14	Onde a gente lavava até roupa nas águas do Rio Grande, hoje tem sangue e dejetos dos bois do matadouro. (EAS)
15	Antes eu pegava buriti no brejo. Agora não posso mais porque tá tudo poluído, contaminado. (MJS)
16	Aqui tá tudo se acabando. Jogam muito lixo e animais mortos na reserva. Tem também o problema do desmatamento e do fogo, que acaba com a reserva e com a nascente. (AMT)
17	Precisamos dos brejos para nossos filhos e netos. Também usamos para artesanato, criação de peixes em açudes. O ser humano tá acabando com a reserva e os rios, não pensa no futuro. (WFA)
18	A reserva é como um pano de café, que coa os resíduos. Se não tiver ela, vamos sofrer as consequências. Nós ainda respiramos ar fresco porque tem a reserva. (FDS)

19	A gente tem que proteger a nascente do Rio Grande pra ele voltar a ser o que era. Hoje não vejo rio, só vejo lama e poluição. (GMS)
----	---

Fonte: arquivos da pesquisa, 2020

Durante o workshop ficou evidente que uma das maiores preocupações de quem vive na APA e não é indiferente à situação da qualidade ambiental local diz respeito às nascentes, rios, brejos e juçarais. Isso pode ser observado tanto nos mapas humanistas culturais quanto nos trechos dos diálogos.

O envolvimento das comunidades em movimentos de luta pela conservação do ambiente de Maracanã é destacado em alguns depoimentos, como os identificados pelos números 1,3 e 19. Neles é possível perceber a relevância da dimensão política da sustentabilidade socioambiental, o que evoca potencialidades da ecosofia e da ecopedagogia em processos participativos orientados à gestão de territórios protegidos como a APA de Maracanã.

Pressões sobre os corpos hídricos do território, a exemplo das que geram assoreamento, poluição e contaminação, foram apontadas como motivos de tristeza, angústia e indignação. Fatores como mineração – sobretudo a extração de pedras – e desmatamento para construção de conjuntos residenciais foram citados como ameaças à qualidade ambiental de Maracanã. Nos diálogos são destacados rios como o de Mirinzal, da Passagem, do Caminho e Grande, que estão sendo destruídos.

Esgotos sem tratamento, resíduos sólidos, dejetos oriundos de matadouros, queimadas e assoreamento aparecem nos diálogos inclusive como problemas associados à destruição de juçarais, ecossistemas vinculados a brejos, onde parte da população da APA realiza atividades de extrativismo vegetal. A contaminação dos rios implica em contaminação de frutos como o buriti, que ao amadurecer cai no solo do brejo e é coletado por extrativistas.

Chama atenção o depoimento número 2, que expressa preocupações com o assoreamento de rios e brejos localizados na APA. Exemplo dessa situação pode ser observado em um dos elementos do mapa 02, onde um trecho do rio Bacanguinha é representado pela cor laranja. Tons alaranjados são comuns em solos da região, caracterizados por alto teor de ferro associado a processos de laterização. O problema é apontado como causa da morte de peixes, conforme expressa o desenho de peixes mortos dentro do rio assoreado.

A partir do depoimento 11, é possível perceber angústia e raiva da comunidade Vila Sarney em relação à contaminação de juçarais e rios por esgotos sem tratamento. Relata-se, com tristeza, que aquilo que um dia foi o rio do Caminho atualmente serve de canal de escoamento de esgotos e de “tudo que não presta”. Narrativa dessa natureza indicam a relevância da inclusão das comunidades nos processos administrativos da APA, visto que saberes populares, fundamentados em vivências do cotidiano, são fundamentais para a transformação de realidades geoambientais.

Os depoimentos 3, 9 e 12 expressam inquietações em relação à situação das nascentes, assim como o desejo de lutar permanentemente pela recuperação das que estão sendo prejudicadas em função da construção e implantação de grandes conjuntos residenciais no território. Tais posicionamentos são extremamente relevantes no que concerne ao planejamento e execução de ações voltadas à consecução dos objetivos da APA.

Entrelaçamentos entre as falas e os mapas humanistas culturais elaborados por participantes do workshop devem ser apreendidas como excelentes

oportunidades para elaboração de ações cujos focos recaiam sobre a obrigação do poder público, sobretudo na esfera estadual, em alcançar os objetivos constantes do decreto de criação da APA.

Em função da necessidade de concluir a pesquisa de doutorado, as atividades do workshop foram finalizadas em fevereiro de 2020. Espera-se que os resultados obtidos a partir da articulação entre ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional sejam aproveitados na gestão participativa da APA, haja vista terem sido publicados como parte da tese, de artigos científicos e de capítulos de livros.

É importante sublinhar que os resultados da pesquisa foram socializados com o Conselho Consultivo da APA de Maracanã (CONAM) durante reunião ordinária, assim como foi entregue um exemplar da tese para o setor responsável pela gestão da APA na Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão (SEMA). Se houver interesse desse órgão gestor, será possível ampliar as possibilidades iniciadas durante o workshop, visando potencializar o alcance político do que se concebe enquanto gestão ambiental efetivamente participativa.

Considera-se que os debates e atividades do workshop representaram importante contribuição para estimular mais pessoas que vivem no território da APA a participarem da gestão ambiental, seja através de seus depoimentos, seja através do mapeamento participativo dos lugares vinculados às suas existências.

Ainda que os resultados do workshop sejam considerados positivos, convém notar suas limitações, especialmente no campo da implementação de ações a posteriori; isso ocorre porque há “distâncias” significativas entre o que se constrói em nível acadêmico e o que é de fato aproveitado pelo poder público e pela sociedade civil. Frente a esse desafio, tenho mantido diálogos com lideranças comunitárias da APA e participado de reuniões do CONAM na esperança de que os resultados da pesquisa sejam considerados na gestão do território em questão.

Dentre as limitações na metodologia do workshop, pode ser destacada a falta de atenção para problemas sociais, como os causados pela pobreza extrema. Essa limitação pode ser trabalhada mediante aprimoramento metodológico e realização de novas pesquisas acerca da problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articulações entre ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional se apresentam como estratégias propícias à implementação de processos inerentes à gestão participativa de territórios protegidos, fato que pode ser observado tanto na pesquisa quanto no workshop executado enquanto procedimento capaz de promover participação popular em políticas públicas focadas em conservação ambiental.

O trabalho realizado junto a comunidades situadas na APA de Maracanã – cujos fundamentos foram orientados por princípios da Geografia Humanista Cultural – demonstrou a exequibilidade de intervenções como o workshop, pautadas na urgente necessidade de efetivação dos objetivos para os quais foram instituídos territórios protegidos.

Ter contado com o auxílio de representantes das comunidades tanto no processo de concepção e planejamento do workshop quanto na escolha dos locais onde fora realizado e na operacionalização do mesmo consistiu em fator positivo, possibilitando perceber a importância da aproximação contínua entre as pessoas envolvidas em ações direcionadas à gestão participativa de territórios protegidos.

Assim, ratifica-se a necessidade de integração permanente entre gestores(as) da APA e comunidades situadas na referida Unidade de Conservação.

Os diálogos que subsidiaram parte das reflexões empreendidos neste artigo permitiram perceber, com certa nitidez, relações intrínsecas entre aquelas pessoas e os lugares onde vivem. Conhecer nuances desses elos (geograficidades) forjados em experiências cotidianas, é fundamental para gestores e gestoras de políticas públicas concernentes à conservação ambiental, o que ficou explícito ao longo do processo de pesquisa.

Experiências como as vivenciadas durante o workshop, onde se destacou a importância das dimensões políticas e culturais envolvidas na gestão de territórios protegidos, indicam que partir da ecosofia e de suas relações profícuas com ecopedagogia e cartografia não-convencional amplia possibilidades no que tange à consecução de resultados favoráveis à participação popular em políticas públicas incidentes sobre lugares, portanto sobre geografias do mundo vivido.

Evocar ideias freireanas, assim como colocá-las em prática no contexto da administração de territórios protegidos, pode ser visto como aspecto positivo na complexa tarefa de fazer com que esses entes geográficos sejam efetivados, portanto constitui “caminho” para que APAs e outros tipos de UC deixem de ser abstrações jurídicas. Conforme fora constatado, iniciativas como o workshop são fundamentais à aquisição de conhecimentos mais realistas sobre situações nas quais determinados territórios protegidos estão implicados.

Enfim, foram apresentadas reflexões e alternativas por meio das quais pode-se avançar em lides cujos objetivos centrais incidam sobre gestão de políticas ambientais. A articulação entre os três eixos discutidos (ecosofia, ecopedagogia e cartografia não-convencional) constitui estratégia relevante à obrigação do poder público em tornar real a gestão participativa de territórios protegidos.

REFERÊNCIAS

AACP – Agregar Ambiental Consultoria e Projetos LTDA.; UFMA – Universidade Federal do Maranhão. **Produto 2 - Diagnóstico ambiental do plano de manejo e zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) da Região do Maracanã, São Luís – MA.** São Luís: SEMA, 2018. Não publicado.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola.** 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014. (Coleção Caminhos da Geografia).

ARENDDT, Hannah. **O que é política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BISHNOI, R. S. **Conservation as Creed.** Dehradun Jugal Kishore, 1987, Carta de Gandhi a Mira Behn, 16 de enero de 1948.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORREIA, Fabiana Pereira. Geograficidades como instrumentos de luta de lideranças femininas pela gestão da APA de Maracanã, São Luís - MA, Brasil. *In: Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.* São Luís, MA: EDUFMA, 2021.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Estudos; 292).

GADOTTI, Moacir. Cidadania planetária. In: GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra: ideias centrais para um debate. **I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia**. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto - Portugal. 24 a 26 de março de 2000.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Revisão da Tradução: Suely Rolnik. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Prefácio: a dimensão freireana na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; TORRES, Juliana Rezende (Orgs.). **Educação ambiental**: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014, p. 07 - 12.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (Orgs.). **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014, p. 155 - 180.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. ampl. e atual. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Valores em Geografia e o dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.19 - 20, p.33 - 40, jan./dez., 2005.

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/sobre-nos>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Pólis. In: GIOVANNI, Geraldo di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP; FUNDAP, 2015, p. 703 - 706.

SACCH, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista AntHropológicas**, ano 7, vol.14 (1 e 2), p. 95-110, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23601/19256>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SEEMANN, Jörn. A cartografia do cotidiano, mapas não convencionais e um atlas de narrativas. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 102 - 104, 14 jan. 2011.

SEEMANN, Jörn. Entre usos e abusos nos mapas da internet. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 163 - 175.

SHIVA, Vandana. **Abraçar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Tradução de Ana Elena Guyer e Beatriz Sosa Martínez. Madrid: Horas y HORAS, 1995.

TUAN, Yi-Fu. Cartography and humanism. Concordances and discordances. **Glimpse**, vol.8, p.66 - 73, 2011.

ⁱ Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo fomento à pesquisa no período de 01/04/2018 a 30/09/2020, por meio de bolsa de doutorado.